

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025.r6a20>

Recebido em: 15/05/2025

Aceito em: 20/08/2025

ANCESTRALIDADE, TERRITÓRIO E NATUREZA NO CARIRI: DIALOGISMOS EM A LENDA DA PEDRA DA BATATEIRA

ANCESTRALITY, TERRITORY, AND NATURE IN CARIRI: DIALOGUES IN THE LEGEND OF THE BATATEIRA STONE

Amanda Nobre Dias

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7745-0744>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1734040763618781>

Mestranda em Letras

Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri- PPGL/URCA, Brasil

E-mail: amanda.nobre@urca.br

José Flávio da Paz

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5717227670514288>

Pós-Doutor em Ensino de Ciência e Humanidades - PPGECH/UFAM, Brasil

Doutor em Estudos literários - PPGECH/UNEMAT, Brasil

Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri-

PPGL/URCA, Brasil

E-mail: jfp1971@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa o livro infantojuvenil *A Lenda da Pedra da Batateira: uma história do Cariri* (Teles, 2020), destacando como seus recursos narrativos articulam saberes ancestrais, oralidade e natureza para promover uma ética de cuidado com o território. A partir da Análise Dialógica do Discurso, estruturada em etapas de descrição, análise e interpretação, foram codificados trechos relacionados a oralidade, território e natureza em planilha sistemática, o que permitiu identificar práticas hegemônicas de representação indígena e estratégias contra hegemônicas que valorizam saberes Kariri. A pesquisa revela que a voz da avó dialoga com a cosmovisão de Ailton Krenak, conferindo agência humana e não-humana aos elementos naturais, e que referências como “Pangeia” estabelecem um diálogo produtivo entre mito e saber científico. Os resultados mostram ainda que metáforas poéticas e termos geológicos convergem em um enunciado polifônico que articula vozes diversas e tensiona discursos coloniais. Conclui-se que a narrativa infantojuvenil, mediada criticamente, constitui campo fértil para práticas pedagógicas de literatura e educação ambiental, estimulando leitores críticos, sensíveis e comprometidos com a diversidade cultural e ecológica.

Palavras-chave: Literatura infantojuvenil; análise dialógica do discurso; narrativa oral indígena; educação ambiental; dialogismo.

ABSTRACT

The article analyzes the children's book *A Lenda da Pedra da Batateira: uma história do Cariri* (Teles, 2020), highlighting how its narrative resources articulate ancestral knowledge, orality, and nature to promote an ethic of care for the territory. Using Dialogic Discourse Analysis, structured in stages of description, analysis, and interpretation, excerpts related to oral tradition, territory, and nature were coded in a systematic spreadsheet, which allowed for the identification of hegemonic practices of indigenous representation and counter-hegemonic strategies that value Kariri knowledge. The research reveals that the grandmother's voice dialogues with Ailton Krenak's worldview, conferring human and non-human agency on natural elements, and that references such as "Pangea" establish a productive dialogue between myth and scientific knowledge. The results also show that poetic metaphors and geological terms converge in a polyphonic statement that articulates diverse voices and challenges colonial discourses. It is concluded that critically mediated children's and youth literature constitutes fertile ground for pedagogical practices in literature and environmental education, stimulating readers who are critical, sensitive, and committed to cultural and ecological diversity.

Keywords: Children's and youth literature; dialogic discourse analysis; indigenous oral narrative; environmental education; dialogism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo concentra-se na análise do livro infantojuvenil *A lenda da Pedra da Batateira: uma história do Cariri* (Teles, 2020), obra que adapta a tradição oral Kariri para o público infantil e juvenil. Ao examinar como seus recursos narrativos, como ciclos de chuva, diversidade de frutas típicas e referências histórico-territoriais, mobilizam saberes ancestrais e fortalecem uma ética de cuidado com a Terra, busca-se evidenciar o potencial pedagógico dessa narrativa para práticas de leitura e sustentabilidade. Num contexto em que a educação ambiental é oficialmente incorporada à educação básica pela Lei nº 9.795/1999, e a história e cultura afro-brasileira e indígena são incluídas nos currículos de ensino fundamental e médio pela Lei nº 11.645/2008, há respaldo jurídico e pedagógico para integrar narrativas e saberes tradicionais nas práticas escolares (Brasil, 1999; Brasil, 2008).

Ademais, nas últimas décadas, a aceleração das mudanças ambientais e climáticas tem-se refletido de modo dramático em eventos extremos, muitos deles impulsionados por decisões humanas sobre os ecossistemas. Entre os exemplos mais expressivos estão as

enchentes no Rio Grande do Sul (abril/2024); o colapso das barragens de Mariana, MG (novembro/2015) e Brumadinho, MG (janeiro/2019); a crise hídrica em São Paulo (2014–2015); os incêndios no Pantanal (2021); e as queimadas na Amazônia (2019–2020). Segundo a ONU (2023), mais de 200 milhões de pessoas poderão ser deslocadas por desastres ambientais até 2050, e o IPCC (2022) alerta para o aumento da intensidade e frequência de tempestades e ondas de calor globalmente. Esse quadro de crise se agrava por dimensões sociopolíticas como o racismo ambiental, que expõe populações vulneráveis a maiores riscos de contaminação e desastres (Polis, 2024); a desinformação climática alimentada por grupos negacionistas, que enfraquece consensos científicos e atrasa políticas públicas (CCDH, 2024; Politize!, 2024; EducaMídia, 2024); e teorias conspiratórias, como a da “terra plana”, usadas para desacreditar evidências do aquecimento global. Soma-se a isso a ansiedade climática, forma de sofrimento psíquico que afeta especialmente crianças e adolescentes (Greenpeace, 2024).

Conforme dados da 6ª edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil¹, a Região Nordeste registrou, em 2024, penetração de leitura de 46 %, ligeiramente abaixo da média nacional, que se situa em 47 % para o período de 2007–2024. Esse indicador mostra que, embora quase metade da população nordestina tenha lido pelo menos um livro nos últimos três meses, ainda há um pequeno déficit em relação ao restante do país. No contexto do Cariri, inserir obras como *A lenda da pedra da Batateira*, que dialogam diretamente com a cultura local e as tradições indígenas, pode contribuir para elevar esses índices ao tornar a leitura mais significativa e conectada à realidade dos leitores da região.

Baseado na Análise Dialógica do Discurso, o estudo adota abordagem qualitativa, articulando etapas de descrição, interpretação e contextualização histórico-territorial. As perguntas-geradoras que norteiam a investigação são: de que forma as narrativas orais indígenas sensibilizam leitores infantojuvenis para práticas ecológicas? Como o território do Cariri, representado pela chuva e pelas frutas, atua como agente narrativo? De que modo o diálogo com referências históricas, fortalece a compreensão de relações socioambientais? Ao final,

¹ Retratos da Leitura no Brasil é uma pesquisa estatística de âmbito nacional, conduzida pelo Instituto Pró-Livro (IPL) em parceria com institutos de pesquisa (IBOPE/Ipec), que desde 2007 mapeia os hábitos de leitura da população brasileira (5 anos ou mais). A 6ª edição da pesquisa (2024) tem como objetivo central “conhecer o comportamento do leitor”, medindo intensidade, forma, limitações e motivações de leitura da população brasileira.

pretende-se oferecer subsídios teóricos e práticos para educadores interessados em integrar narrativas orais regionais em iniciativas de literatura infantojuvenil e educação ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

O panorama atual da literatura infantil indígena e socioambiental no Brasil revela um campo em expansão, marcado pela valorização de saberes tradicionais e pela urgência de temas como a crise climática e a conservação da natureza. Autores indígenas têm ocupado cada vez espaço, trazendo narrativas que misturam mitos, lendas e experiências cotidianas de seus povos, ao mesmo tempo em que ressaltam a interdependência entre humanos, animais e ambientes naturais. Em paralelo, escritores preocupados com a emergência climática têm criado histórias que ensinam as crianças sobre ciclos da água, preservação de florestas, poluição e consumo consciente, contribuindo para formar leitores mais sensíveis e conscientes do seu papel na proteção do planeta. Como salienta Ceccantini,

Uma questão crucial na análise das obras infantis é, portanto, verificar em que medida os escritores conseguem de maneira efetiva superar essa assimetria quando se propõem criar um texto dirigido a crianças e jovens, particularmente no que diz respeito à representação da criança e do adulto no universo ficcional (Ceccantini, 2011, p. 128).

Entre os principais nomes desse cenário, destacam-se Daniel Munduruku, com *Coisas de Índio* e *Histórias que Eu Vivi e Gosto de Contar*, que resgatam a oralidade munduruku sem estereótipos; Márcia Kambeba, autora de *Ay Kakyri Tama – Eu Moro na Cidade* e *Entre Rios e Florestas*, que explora a vivência indígena em espaços urbanos e a relação com o território; Graça Graúna, em coletâneas como *Histórias de Índio – Literatura Indígena para Crianças e Jovens* e em seu próprio *Cantigas de Encantar*, cheio de mitos potiguaras;

Nesse contexto da literatura infantil, *A lenda da Pedra da Batateira* ocupa um lugar singular ao entrelaçar oralidade, ancestralidade e natureza em uma narrativa que nasce do território do Cariri cearense, mas alcança dimensões universais. Por meio da contação de histórias entre avó e netos (prática comum em muitas famílias) a obra resgata um saber tradicional que envolve a mãe-d'água, guardiã das águas subterrâneas, e alerta sobre os riscos

do desequilíbrio ambiental. A lenda², ao evocar um ser encantado dentro da pedra e uma possível inundação provocada pela perturbação da natureza, articula imaginário poético, sabedoria popular indígena e afrodescendente, e consciência ecológica. Como defende Paulo Freire (2003), “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, e é nessa perspectiva que a literatura infantil, ao respeitar o prazer e a liberdade da escolha leitora, deve ser compreendida como arte e não produto. Assim, ao permitir que as crianças e adolescentes se reconheçam nas histórias que escutam e leem, livros como este promovem um aprendizado ancorado no pertencimento, na sensibilidade e no respeito aos saberes dos povos originários e à vida em todas as suas formas. Nesse espírito dialógico, nossa análise busca demonstrar como o livro de Teles instrui uma ética de cuidado com o ambiente por meio de vozes ancestrais. Diante disso, propomos analisar como três eixos articulam essa narrativa: a ancestralidade, a oralidade e a natureza.

2.1 ANCESTRALIDADE

Essa pedra ficava em cima da água represada e lá no subsolo eles deixaram abrigada uma cobra muito grande e sagrada para os mesmos. É uma serpente enorme com cabeça de mulher chamada de mãe d’água, e ela guarda os boqueirões e locais com acúmulo d’água no Cariri (Teles, 2020, p. 19).

A ancestralidade é um tema presente em todo o livro, seja na história contada ou mesmo nas ilustrações que remetem aos povos indígenas do Cariri cearense. Graça Graúna (2011) enfatiza que, para os povos originários, a história não está “no passado”, mas “viva” em práticas cotidianas e ritos que recriam permanentemente a relação com os antepassados. A ancestralidade indígena não é meramente uma lenda do passado ou um “conteúdo exótico”, mas uma fonte de saberes que perpassa gerações com ensinamentos de respeito à natureza. Volóchinov (2018, p. 95) observa ainda que “essa cadeia ideológica se estende entre as consciências individuais, unindo-as, pois o signo surge apenas no processo de interação social.”

A narrativa sobre a pedra da batateira esconder uma cobra gigante é sobretudo um alerta para os humanos (ou homens brancos) respeitarem os espaços indígenas e o território

² Embora o título utilize o termo “lenda”, é mais respeitoso tratar essas narrativas como narrativas ou histórias tradicionais, pois fazem parte da cosmovisão e dos saberes dos povos indígenas (UFMG, 2020).

sagrado, para conviver em harmonia com a natureza. O mito da serpente com cabeça de mulher carrega o valor ancestral dos saberes Kariri sobre o território e suas forças naturais. Aqui, o elemento mítico é também uma guardiã do sagrado, tal como Krenak descreve os rios e montanhas como entidades vivas e espirituais.

Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui. Gosto de pensar que todos aqueles que somos capazes de invocar como devir são nossos companheiros de jornada, mesmo que imemoráveis, já que a passagem do tempo acaba se tornando um ruído em nossa observação sensível do planeta. Mas estamos na Pacha Mama, que não tem fronteiras, então não importa se estamos acima ou abaixo do rio Grande; estamos em todos os lugares, pois em tudo estão os nossos ancestrais, os rios-montanhas, e compartilho com vocês a riqueza incontida que é viver esses presentes (Krenak, 2022, p. 11-12).

Freire (1997), enfatiza que “ensinar exige alegria e esperança”, pois ambas são condições essenciais para que professor e alunos aprendam, criem, inquietem-se, produzam e juntos resistam aos obstáculos na prática educativa crítica e transformadora. Ensinar através da literatura indígena é também conectar os estudantes as suas próprias ancestralidades, fazê-los imaginar suas origens e fazê-los conhecer outras visões de mundo e assim respeitá-las. Em diálogo com esse pensamento, hooks (2013) reforça a necessidade de pedagogias ancoradas no legado de comunidades marginalizadas, convocando ancestrais para problematizar hierarquias de poder no espaço escolar, um “currículo vivo” que não negue o passado de opressão e mire sempre na transformação social. Ambos os autores defendem a escuta e a reinvenção do currículo a partir de vozes silenciadas.

2.2 ORALIDADE

- Eita! Será que a Pedra vai rolar?
- Que pedra, vó?
- A Pedra da Batateira, crianças. Desde que eu era pequena, como vocês, eu ouvia os mais antigos dizerem que um dia a Pedra da Batateira ia rolar em dias de muita chuva e as águas do rio iam inundar toda a cidade do Crato e toda a região do Cariri (Teles, 2020, p. 10-11).

A oralidade aparece como o eixo estruturante da memória coletiva. A contação de histórias no alpendre, entre gerações, evoca o papel da palavra falada como instrumento de transmissão cultural. Conforme Bakhtin (2006, p. 265), todo enunciado — seja oral ou escrito, primário ou secundário — carrega a marca da individualidade de quem o produz; no entanto, ele adverte que nem todos os gêneros discursivos permitem o mesmo nível de expressão desse estilo pessoal. Graúna acerta ao ressaltar que a literatura indígena contemporânea não se reduz a meros relatos folclóricos, mas constitui um campo multifacetado, onde oralidade e escrita se imbricam para garantir a transmissão de memórias coletivas e reforçar identidades. No entanto, ao elencar uma lista extensa de termos (identidades, utopia, cumplicidade etc.), corre-se o risco de sedimentar um discurso curricular demasiado genérico, que pode ofuscar as singularidades de cada etnia e autor.

As implicações em torno dessa temática permitem compreender o aspecto da auto-história e sua relação com a oralidade e a escrita, entre outras questões identitárias que emanam da literatura contemporânea de autoria indígena no Brasil (Graúna, 2011, p. 258).

Essa potência da oralidade em sala de aula pode cativar e gerar empatia nos estudantes ao se depararem com narrativas indígenas e sobre o meio ambiente. Bezerra (2012, p. 199) ressalta que, por derivar da relação íntima entre seu criador e o contexto real, o personagem oral não é um produto de escolhas meramente estéticas, mas sim alimentado por elementos concretos da realidade, o que lhe confere vida e significação estética. A polifonia encontrada no livro *A lenda da pedra da batateira* com aspectos que geram empatia aos leitores (a avó, a comida preparada, as frutas e o território). Esses e outros aspectos não são imaginários, mas fundamentados na realidade. No ambiente escolar há grande pressão para os professores aderirem a recursos digitais, tecnologias da informação e outros aparatos, mas tão revolucionários quanto os aparelhos tecnológicos são os poderes de uma boa literatura oral.

A potência da oralidade em sala de aula vai além da simples transmissão de histórias: ela funciona como estratégia pedagógica capaz de cativar e gerar empatia, sobretudo quando se trabalha com narrativas indígenas e temáticas ambientais. Conforme dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2024), apenas 15 % dos estudantes do Ensino Médio lêem literatura diariamente, introduzir a contação oral de mitos e relatos de origem não só diversifica os

gêneros discursivos em sala, como estimula a escuta ativa e o protagonismo dos alunos, convidando-os a reconhecer sua própria ancestralidade e a valorizar culturas muitas vezes silenciadas.

No alpendre, entre gerações, a palavra falada resgata memórias coletivas e reforça identidades, como bem observa Graúna (2011, p. 258), ao destacar a imbricação entre oralidade, escrita e auto-história na literatura indígena. Bezerra (2012, p. 199) lembra que o personagem oral nasce da relação íntima entre criador e realidade, ganhando vida e significação estética ao incorporar elementos concretos do mundo. Dessa forma, uma pedagogia centrada na palavra falada, complementada pela leitura de textos como *A lenda da pedra da Batateira*, pode reencantar o ato de ler, servir de motor para discussões sobre território e meio ambiente e fortalecer o engajamento dos estudantes, transformando-os de meros espectadores em atores ativos de sua própria aprendizagem.

Mais que leitores ou ouvintes de literatura, os estudantes podem ser os protagonistas das próprias histórias, convidados a ampliarem suas visões de mundo por meio da literatura, quebrar preconceitos e tornarem-se cidadãos mais conscientes. Como destaca hooks (2013, p. 23), “A sala de aula continua sendo o espaço que oferece as possibilidades mais radicais na academia”. Ao defender uma educação voltada para a liberdade e o pensamento crítico, a autora reforça a potência da literatura como instrumento de transformação social e ambiental, que valoriza a diversidade e o respeito à vida (humana e não humana). Essa visão está em consonância com as propostas de Paulo Freire e Ailton Krenak, para quem a prática educativa e o contato com narrativas ancestrais podem reencantar o olhar sobre o mundo e ampliar a consciência crítica dos estudantes. Reiteramos que a literatura não é uma desculpa para se aprender gramática, mas um universo de possibilidades e interdisciplinaridades que se expandem para além da língua portuguesa. Para hooks (2013, p. 63), “O multiculturalismo obriga os educadores a reconhecer as estreitas fronteiras que moldaram o modo como o conhecimento é partilhado na sala de aula.” Daí a importância de se conhecer outras culturas, modos de ser e estar no mundo.

Na teoria dialógica do discurso, o enunciado não se esgota no instante de sua emissão, pois ele existe simultaneamente em três dimensões: como palavra da língua, neutra e universal; como palavra alheia, “cheia de ecos de outros enunciados”; e como palavra pessoal, já “compenetrada da minha expressão” pela intenção discursiva do falante (Bakhtin, 2006,

p. 294). Nesse entrelaçamento, cada enunciado funciona ao mesmo tempo como resposta às vozes precedentes, confirmando, rejeitando ou complementando-as, e como convite a novos interlocutores, atravessando fronteiras temporais. Além disso, Volóchinov ressalta que essa cadeia de enunciados configura uma “comunicação discursiva ininterrupta” que, por sua vez, molda e é moldada pela dinâmica social de uma coletividade (Volóchinov, 2018, p. 219). Desse modo, o discurso dialoga permanentemente com o passado e o futuro, integrando as impressões individuais do falante à memória coletiva que sustenta e renova continuamente o sentido das palavras.

2.3 NATUREZA

Amanhã cedinho, quando acordarem, olhem pela janela e vejam como é linda a Chapada do Araripe. Ela parece um lençol de mata cobrindo a região. Uma manta verde que me encanta e me faz sentir-me pertencida. A chapada faz sentir-me filha da Floresta e da grande Nação Kariri (Teles, 2020, p. 21).

Do mesmo modo que a oralidade está presente no livro, a natureza emerge como uma entidade narrativa fundamental. Essa passagem evidencia a relação afetiva, espiritual e identitária com a paisagem natural do Cariri. A personificação da Chapada como “manta verde” ecoa o pensamento de Ailton Krenak, que vê a natureza como mãe, sujeito e extensão do ser.

Devíamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70 % de água e um monte de outros materiais que nos compõem. E nós criamos esse abstrato de unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral até que todos aceitem que existe uma humanidade com a qual se identificam, agindo no mundo a nossa disposição, pegando o que a gente quiser. Esse contato com outra possibilidade implica escutar, sentir, cheirar, inspirar, expirar aquelas camadas do que ficou fora da gente como ‘natureza’, mas que por alguma razão ainda se confunde com ela.] (Krenak, 2019, p. 69-70).

A cosmovisão indígena compreende que somos parte da natureza, criticando o antropoceno, uma construção ideológica, limitada e predatória da humanidade. Ao respeitarmos a floresta, os rios, os povos originários estamos respeitando a nós mesmos e criando uma forma sustentável para viver neste planeta e resguardá-lo para as próximas gerações. Do contrário,

estamos acelerando a nossa extinção enquanto humanidade. A lógica capitalista de consumo desenfreado faz com que pensamos que os recursos naturais são infinitos, quando não são. Trazer esses debates através da literatura infantojuvenil com narrativas indígenas é necessário para que as crianças e adolescentes cresçam com senso crítico e preocupação ambiental para mudar as atitudes e transformar os lugares que ocupam. Os elementos naturais como rios, pedras e florestas devem ser reconhecidos como sujeitos, merecedores de respeito e proteção. Só assim eles podem continuar existindo e nós também continuemos a existir.

Essa postura ética e pedagógica é reforçada por hooks (2013, p. 26), ao afirmar que “A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender”. Ao incentivar uma leitura crítica, a autora aponta para a urgência de formar leitores conscientes do elo entre humanidade e natureza, princípio também presente nas reflexões de Krenak e Freire.

Quando os povos originários se referem a um povo como ‘uma nação que fica de pé’, estão fazendo uma analogia com árvores e florestas. Pensando as florestas como entidades, vastos organismos inteligentes. Nesses momentos, os genes que compartilhamos com as árvores falam conosco e podemos sentir a grandeza das florestas do planeta. Esse sentimento torna-se mobilizador para a ideia, que já ficou banalizada, de proteger as florestas (Krenak, 2020, p. 52).

Os povos originários já sabiam muito antes da “civilização” que o respeito aos recursos naturais é necessário para manutenção da vida humana. Nós, nas sociedades pós-modernas é que precisamos aprender (e muito) com eles para que asseguremos o nosso próprio presente e o das futuras gerações. A natureza não é “cenário”, mas sujeito: rios, matas e peixes “cantam” seu direito à vida, e os conhecimentos botânicos tradicionais emergem como formas legítimas de ciência.

Ao recuperar as narrativas orais e os saberes ancestrais indígenas como fonte viva de criação, a literatura infantojuvenil não se limita a “ilustrar” culturas, mas insere-las como formas de ver, falar e pensar o mundo. Essa apropriação respeitosa e criativa contribui decisivamente para a formação de leitores ecológicos, críticos e culturalmente sensível. Em livros como *A lenda da pedra da batateira*, os jovens leitores podem entender que a natureza não é pano de fundo, mas protagonista de suas próprias histórias, ensinando-lhes modos de viver e de proteger o planeta. Marchezan afirma que:

O diálogo instrui a perspectiva de análise, ao mesmo tempo que nomeia seu próprio “objeto” e, a despeito de outras reverberações semânticas – de que se tenta proteger a metalinguagem mais abstrata e arbitrária –, auxilia o estudioso da linguagem, que também o experimenta na vida, a contornar o dualismo entre a teoria e a vida (Marchezan, 2012, p. 129).

A Lei nº 11.645/2008 alterou a LDB de 1996 ao incluir, no currículo básico, o estudo da “história e cultura afro-brasileira e indígena”, conferindo base legal para a adoção de obras como *A lenda da pedra da batateira* e as demais narrativas indígenas citadas. Ao determinar que as escolas abordem esses saberes, a lei permite que professores integrem ao planejamento não apenas conteúdos históricos–antropológicos, mas também a literatura que mobiliza mitos e lendas locais. As narrativas indígenas vêm então a ser reconhecidas como patrimônio cultural e pedagógico, alinhando-se à meta de formar leitores que compreendam a diversidade étnica e ecológica do país.

Nesse sentido, hooks (2013, p. 63) observa que “Quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem.” Essa perspectiva dialoga diretamente com Graça Graúna, que defende o protagonismo indígena nos textos escolares, e reforça os objetivos da Lei 11.645/08, ao reconhecer a literatura indígena como parte integrante de um currículo plural, decolonial e socialmente comprometido.

3 METODOLOGIA

Para investigar a dinâmica cultural e ecológica de uma obra literária infantil fundamentada na tradição oral, adotou-se uma abordagem metodológica se ancora na tradição da Análise Dialógica do Discurso, conforme os fundamentos estabelecidos por Volóchinov (2018) em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, obra na qual o enunciado é compreendido como uma totalidade concreta, socialmente situada e ideologicamente orientada. Entende-se que a linguagem é sempre atravessada por valores e que todo texto é, antes de tudo, um ato responsivo, constituído na interlocução com outras vozes sociais e culturais.

Para compor o corpus, selecionou-se *A lenda da Pedra da Batateira* por ser exemplar na atualização de narrativas orais indígenas do Cariri, atendendo a critérios de

representatividade geográfica e de impacto em público infantojuvenil. Em seguida, desenvolveu-se uma planilha no *Google Planilhas* na qual foram sistematicamente destacados os trechos do livro relacionados às categorias de análise resultantes foram: Oralidade e Ancestralidade; Território e Pertencimento; Natureza como o Sagrado, conforme procedimentos inspirados em Sobral (2005), Leite (2014) e Destri e Marchezan (2021). É importante ressaltar que toda a codificação e análise foi realizada exclusivamente por esta pesquisadora, sem revisão por pares, o que demanda atenção às possíveis interpretações subjetivas. Para garantir a conexão entre método e resultados, o estudo se deu em três movimentos: (1) descrição, com a seleção cuidadosa dos trechos de acordo com critérios formais e temáticos; (2) análise, com a categorização desses segmentos nas dimensões de Oralidade, Território e Natureza; e (3) interpretação, em que se identificaram, a partir do dialogismo e da polifonia bakhtinianos, as estratégias discursivas que promovem vozes múltiplas e referências ideológicas ao longo da narrativa.

Na etapa de descrição, realizou-se um levantamento dos aspectos formais e temáticos da obra, identificando sua estrutura narrativa, personagens, elementos simbólicos e marcas da oralidade. Foram observadas as escolhas linguísticas, destacaram-se, nesse momento, os trechos que tratam do território do Cariri, da Chapada do Araripe, do rio Batateiras e dos seres encantados, como a serpente, a baleia e a “mãe d’água”. Essas escolhas estruturam um cenário narrativo profundamente enraizado na paisagem natural e cultural da região, evidenciando como a linguagem poética constrói vínculos entre o território físico e o simbólico.

A etapa de análise concentrou-se na observação das relações dialógicas entre as vozes que atravessam o texto, buscando compreender os sentidos ideológicos ativados por meio das escolhas discursivas. A partir da noção bakhtiniana de polifonia, identificaram-se as vozes que convocam o leitor infantil à escuta, à reflexão e ao pertencimento. Analisaram-se os enunciados que trazem conselhos, alertas e ensinamentos morais sobre o cuidado com a natureza e com os saberes ancestrais. Além disso, foram observadas as tensões entre discursos hegemônicos – que reduzem os povos originários ao passado e os discursos contra hegemônicos que se afirmam, embora por vezes de forma ainda marcada por apagamentos. Essa etapa também permitiu identificar as estratégias de construção de autoridade narrativa baseadas na oralidade e na repetição, fundamentais para o engajamento do leitor.

Por fim, a etapa de interpretação articulou os dados discursivos e literários com os conceitos centrais da Análise Dialógica do Discurso: enunciado, gênero, polifonia. O objetivo foi compreender como a obra convoca o leitor infantil a estabelecer relações simbólicas e éticas com a terra, a água, os seres encantados e as memórias comunitárias. A interpretação valorizou os modos como a linguagem constrói uma cosmovisão ecológica e ancestral, a partir da escuta das vozes silenciadas e da celebração dos vínculos com o território. Também foi considerada a ausência de menções à presença atual dos povos indígenas, como os Kariri da aldeia Poço Dantas, apontando para um silenciamento que, embora sutil, carrega implicações ideológicas. Ao final, reafirma-se o potencial da literatura infantojuvenil, quando mediada criticamente, como ferramenta de educação sensível, crítica e ecológica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A leitura crítica da obra *A lenda da Pedra da Batateira*, de Fátima Teles, a partir da Análise Dialógica do Discurso, revela uma narrativa rica em vozes, símbolos e saberes que articulam oralidade, território e natureza com elementos da cosmovisão indígena. A seguir, os principais eixos de análise são apresentados com base nas categorias descritas na metodologia: oralidade e ancestralidade; território e pertencimento; natureza como sagrado; símbolos e imagens ecológicas; vozes múltiplas e silenciamentos; e o dialogismo na composição narrativa.

Antes de explorar cada eixo, é importante destacar que a análise identificou práticas hegemônicas de representação indígena, como referências genéricas a “índios” que reforçam estereótipos coloniais e, simultaneamente, estratégias contra hegemônicas, ao valorizar nomes e saberes específicos dos Kariri. Observou-se também a tensão entre discursos que congelam o povo indígena no passado e aqueles que reatualizam sua presença viva. Reconhece-se, por fim, como limitação deste estudo a ausência de consulta direta a agentes indígenas contemporâneos; em trabalhos futuros, sugerimos conduzir entrevistas e oficinas colaborativas com o povo Kariri, de modo a ampliar a reflexividade e a dimensão política da pesquisa.

4.1 ORALIDADE E ANCESTRALIDADE

Imagem 1 - Ilustração da avó sentada no Alpendre contando histórias para seus netos



Fonte: (Teles, 2020, p. 11).

A oralidade é uma das marcas centrais da narrativa. Ela se manifesta na construção do enredo a partir da voz da avó, figura ancestral que ensina por meio da fala e do afeto. O modo como ela se dirige aos netos “Crianças... desde que eu ‘era pequena’...” (p. 11), constrói uma ponte entre as gerações e perpetua a tradição oral. A presença da oralidade se manifesta em múltiplos níveis: nos vocativos (“crianças”), na atribuição de agência à pedra. Tais elementos evidenciam uma voz narrativa enraizada em práticas tradicionais de contação, marcada pela memória coletiva e pelo encantamento cotidiano.

Essa estrutura narrativa, marcada por repetições, evocação de provérbios, interjeições e metáforas, configura uma polifonia enunciativa que convoca não apenas a fala da avó, mas também vozes ancestrais e comunitárias. Exemplos como “Os antigos contavam que os índios Kariri vencidos pelas lutas do passado haviam vedado a nascente da Chapada do Araripe com uma grande pedra, a Pedra do Rio Batateira.” (p. 19) ampliam o campo discursivo e apontam para uma ancestralidade coletiva em movimento. Esse caráter dialogal se revela também na forma como a voz da avó ecoa não apenas tradições orais, mas dialoga com a cosmovisão de Ailton Krenak, para quem rios e montanhas são ‘companheiros de jornada’ e entidades vivas (Krenak, 2022, p. 11). Assim, a narração une o saber ancestral ao sensível mundo natural, compondo um enunciado que articula vozes humanas e não-humanas em ressonância.

Além disso, a avó mobiliza frases que carregam ecos históricos e sociais, como “O sertão vai virar mar” (p. 21), que ressoa o discurso de Antônio Conselheiro, líder da Guerra de Canudos, conhecido por suas pregações messiânicas no sertão baiano no final do século XIX. Essa referência amplia o horizonte de sentido da fala da personagem, conectando a narrativa local à história de resistência nordestina. É um traço de dialogismo histórico: a fala da avó está em interlocução com discursos populares, religiosos e políticos do passado.

4.2 TERRITÓRIO E PERTENCIMENTO

Imagem 2 - Ilustração da Chapada do Araripe



Fonte: (Teles, 2020, p. 22).

A Chapada do Araripe não é apresentada como simples cenário da narrativa, mas como espaço vivo e afetivo. A fala da avó “Amanhã cedinho [...] vejam como é linda a Chapada do Araripe. Ela parece um lençol de mata cobrindo a região. Uma manta verde que me encanta e me faz sentir-me pertencida” (p. 21), revela um vínculo profundo entre personagem e território, transformando o espaço geográfico em espaço identitário.

O livro estabelece um diálogo entre mito e ciência quando convoca referências à “Pangeia” (p. 12), termo da geologia para sustentar a narrativa de um passado comum. Essa invocação científica não separa, mas entrelaça saberes tradicionais e acadêmicos, mostrando que o território narrado é simultaneamente espaço mítico e objeto de conhecimento racional. O texto também incorpora elementos concretos do território caririense, como as frutas típicas da região: “cajus, mangas, pequis e seriguelas” (p. 8). A menção a essas frutas estabelece uma relação sensorial com o território, evocando sabores e experiências da infância nordestina. Esses

elementos funcionam como marcadores culturais que enraízam a narrativa em um espaço específico e fortalecem o sentimento de pertencimento, tanto dos personagens quanto do leitor.

4.3 NATUREZA COMO O SAGRADO

Imagem 3 - Ilustração da Serpente



Fonte: (Teles, 2020, p. 18).

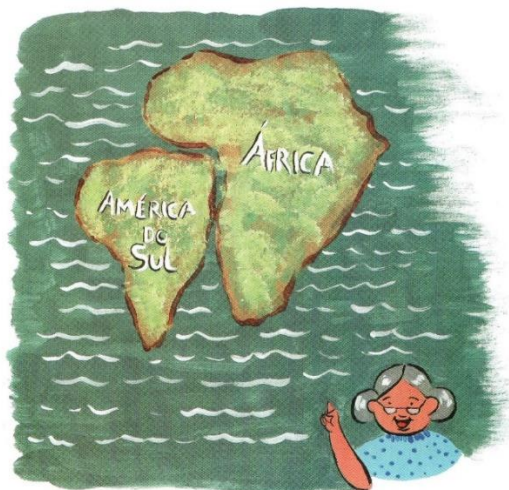
A narrativa constrói uma visão de mundo em que a natureza é viva, sagrada e habitada por entidades protetoras. A pedra da Batateira não é apenas uma rocha: ela guarda uma nascente e protege a “mãe-d’água”, entidade mítica ligada à força criadora das águas. Quando a avó adverte que “a Pedra vai rolar pelo acúmulo d’água nas camadas da Chapada” (p. 19), o texto mobiliza uma lição ecológica ancestral: o desrespeito à terra trará consequências. Ailton Krenak (2019) afirma que os rios, as montanhas e as florestas não são recursos a serem explorados, mas parentes a serem respeitados. A narrativa de Teles se aproxima dessa cosmovisão ao advertir que a destruição da pedra resultaria na inundação de toda a região do Cariri. A natureza não é paisagem, mas protagonista. Essas expressões revelam um território sensível, animado por emoções, que sente, pulsa e alerta os humanos. O dialogismo também se manifesta nas metáforas e menções científicas que tensionam e convergem discursos distintos. Ao evocar termos técnicos como “Período Cretáceo” (p. 13), ao lado de imagens poéticas da pedra e da chuva, o enunciado cria um espaço de mediação entre o saber acadêmico e o imaginário popular, reforçando que ambos contribuem para uma compreensão plural da natureza.

O enredo aponta para consequências reais da ruptura com a ordem natural. Trechos como “Se a Pedra rolar a Chapada deixará de existir e tudo voltará a ser coberto pelas águas como antes foi.” (p. 21) funcionam como advertência ecológica e reativam memórias míticas que operam como forma de resistência cultural. O surgimento da “mãe-d’água” como guardiã da nascente também remete a arquétipos femininos protetores da natureza, comuns em culturas indígenas e afro-brasileiras. Essa figura mítica, como lembra Graúna (2011), encarna o elo entre natureza, espiritualidade e comunidade, sendo presença recorrente em narrativas de tradição oral.

A Chapada do Araripe, a pedra, a água, os encantados, todos esses elementos não são simples referências narrativas, mas vozes ativas que, pela via do discurso poético, intervêm no enredo e orientam o olhar do leitor. Essa presença polifônica se estende aos personagens. A avó, enquanto enunciativa, é mais do que mediadora de uma memória: ela é um elo entre tempos, vozes e mundos, assumindo uma autoridade narrativa sustentada por afeto e escuta. Sua voz se mistura às dos encantados, dos antepassados e das crianças, compondo uma rede enunciativa viva, em que humanos e não-humanos compartilham a responsabilidade pela conservação do território.

Ao mesmo tempo, a obra apresenta tensões ideológicas importantes. Embora evoque a “Nação Kariri” (p. 21), o texto se refere aos indígenas no passado, “os índios Kariri, vencidos pelas lutas do passado” (p. 19), silenciando sua presença atual. Esse apagamento contradiz o próprio gesto de enraizamento territorial e espiritual que estrutura a narrativa. Como afirma a pajé Rosa Kariri, da aldeia Poço Dantas, “tenho orgulho demais em ser Kariri” (Revista Piauí, 2024), lembrando que os saberes indígenas não pertencem ao passado, mas continuam em exercício e transformação. A contradição entre evocação e silenciamento evidencia o embate entre discursos hegemônicos e contra hegemônicos, que se confrontam no interior do texto.

Imagem 4 - Ilustração da Pangeia



Fonte: (Teles, 2020, p. 12).

A esse embate se soma o caráter profundamente dialógico da narrativa. Ao incorporar termos científicos como “Pangeia” (p. 12) e mencionar o Museu de Paleontologia de Santana do Cariri (p. 15), o texto convoca o discurso científico a dialogar com o mítico e o poético, sem hierarquizá-los. Em vez de negar o saber tradicional, essas referências o reforçam, legitimando o encantamento como forma válida de compreensão do mundo. Trata-se, como propõe Bakhtin (2006), de um enunciado que convoca interlocutores diversos, abrindo-se a múltiplas vozes e horizontes de sentido.

Nesse contexto, a Lei 11.645/08, que determina o ensino obrigatório de história e cultura indígena nas escolas brasileiras, encontra respaldo e possibilidade prática em obras como *A lenda da Pedra da Batateira*. Quando lida criticamente, essa narrativa pode contribuir para a formação de repertórios simbólicos mais diversos e plurais, especialmente se mediada por educadores comprometidos com o combate aos estereótipos. Como no exemplo narrado no episódio “Conselho de Classe” do podcast *Rádio Novelo Apresenta* (2025), a escuta ativa e a problematização das imagens cristalizadas podem transformar o imaginário escolar e aproximar os alunos de outras formas de ver, sentir e narrar o mundo.

A análise evidencia que os fragmentos selecionados não apenas ilustram os temas propostos, mas constituem pontos de condensação simbólica e ideológica. A materialidade discursiva da obra revela que a literatura infantojuvenil, quando comprometida com saberes ancestrais e com a escuta ativa da diversidade, pode operar como campo de formação ética,

ecológica e política, especialmente quando ancorada em uma pedagogia crítica que valorize o pertencimento, o diálogo e o encantamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações aqui desenvolvidas demonstram que, em *A lenda da Pedra da Batateira*, Fátima Teles mobiliza uma rede dialógica de vozes ancestrais e contemporâneas que desperta nos leitores infantojuvenis uma ética de cuidado com o território ao sensibilizá-los para a agência de entes não-humanos (a pedra, a chuva, os rios) enquanto interlocutores legítimos. Ao tensionar o mito Kariri da guardiã das águas com referências geológicas à Pangeia, a narrativa redefine o conceito de “natureza” na imaginação infantil, revelando-o como campo de interseção entre o poético e o científico e, desse modo, incentivando uma compreensão integrada e não hierarquizada do mundo natural.

Essa polifonia discursiva, na qual vozes humanas e não-humanas se entrelaçam, atua como estratégia antirracista e decolonial, desconstruindo estereótipos coloniais ao conferir protagonismo às tradições indígenas e às cosmovisões mais-que-humanas. Para que tais saberes se façam presentes de modo vivo em contextos escolares, propõe-se a realização de oficinas de contação colaborativas, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que articulem literatura, ciências da Terra e artes, assim como o convite permanente a lideranças e educadores indígenas na co-construção do planejamento didático, práticas que poderão reduzir o apagamento histórico identificado no texto e fortalecer processos de coautoria pedagógica.

Reconhecendo-se, ainda, a necessidade de avanços metodológicos, abre-se espaço para que pesquisas futuras investiguem: de que modo a participação direta de agentes indígenas no ambiente escolar transforma a percepção e o engajamento dos estudantes em relação à literatura socioambiental? Como oficinas colaborativas e etnografias em sala de aula podem revelar mudanças concretas na sensibilidade ecológica e no pensamento crítico de crianças e adolescentes? Quais indicadores quantitativos e qualitativos capturam com mais precisão o impacto de projetos interdisciplinares na formação de leitores ecológicos e decoloniais? E, finalmente, até que ponto a extensão desta abordagem a outras tradições orais brasileiras amplia o escopo e a diversidade do campo da literatura infantil socioambiental?

Submetendo-se ao marco legal da Lei nº 11.645/2008, este estudo inaugura um percurso de investigação que articula teoria e prática pedagógica, indicando o potencial transformador das narrativas orais indígenas para a construção de leitores críticos, sensíveis e comprometidos com as urgências socioambientais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 105–122.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.
- CECCANTINI, João Luís CT. Literatura infantil: a narrativa. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 11, 2011.
- CENTER FOR COUNTERING DIGITAL HATE (CCDH). **The new climate denial**. 2024. Disponível em: <https://www.counterhate.com>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- CENTRO DE CONTRA-DESINFORMAÇÃO E HABILITAÇÃO (CCDH). **Panorama da desinformação climática no Brasil**. São Paulo: CCDH, 2024.
- DESTRI, A.; MARCHEZAN, R. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **Revista da ABRALIN**, 16 jul. 2021. p. 1–25. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1853>. Acesso em: 4 out. 2024.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GREENPEACE. **7 conteúdos para entender como a crise climática afeta nossa vida**. 2024. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil>. Acesso em: 18 mar. 2024.

GREENPEACE. **Relatório socioambiental: Amazônia e Cerrado em risco**. São Paulo: Greenpeace Brasil, 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO POLIS. **Mapeamento das juventudes indígenas e clima**. São Paulo: Instituto Pólis, 2024.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: INEP, 2019. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-retratos-da-leitura/as-pesquisas-2/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Aquecimento global de 1,5 graus Celsius – Relatório Especial** (versão em português). 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Mudança do clima 2023 – Relatório Síntese** (versão em português). 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-synthesis-report/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEITE, Francisco de Freitas. **Inscrições em latim sob uma abordagem dialógica: um estudo no contexto do Cariri cearense**. 2014. 212 f. Tese (Doutorado em Linguística e ensino) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.